



1  
2  
3  
4  
5  
6

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

7  
8  
9

**ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ**

**Aprovada na 61ª R.O. CERHI-RJ, em 25.02.2015**

10 Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, no auditório do INEA, na Av.  
11 Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13h30min, realizou-se a 18ª  
12 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a  
13 presença dos senhores **membros titulares:** Antônio da Hora (SEA – substituto), Eliane Barbosa  
14 (INEA), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Marina Fernandez Bez (FIPERJ), Marcos Pacheco  
15 (Prefeitura de São João da Barra - Substituto), Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis),  
16 Flávia Lanari (Apalma), Katia dos Santos V. Braga (CCROM), Marcos S. Lacerda (Instituto  
17 Terrazul), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), João Gomes de Siqueira (UENF), Gerson  
18 Cardoso (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Ricardo Luís  
19 Senra (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Yasmin G. Ferreira (CEDAE - substituta),  
20 Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Mariana Maia Lopes (FIRJAN -  
21 substituta), Marcelo Bassi (Instituto Aço Brasil), José Gomes Barbosa (LIGHT), Osvaldo de  
22 Freitas Borges (EDF-NF), Vinicius Crespo (Fecomercio), Zenilson do Amaral (ASFLUCAN),  
23 Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ); **membros suplentes:** Eloisa Elena (SEA), Gláucia Freitas  
24 Sampaio (GEAGUA/INEA), Lívia Soalheiro Romano (DIGAT/INEA), Zacarias Albuquerque  
25 (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), Vera Martins (Acampar-RJ), Alexandre Carlos Braga  
26 (CBH Baía de Guanabara), Sidney Salgado dos Santos (CBH Baixo Paraíba do Sul), Keila Ferreira  
27 (Prolagos), Cláudio César B. Graffunder (Companhia Siderúrgica Nacional), Maria Aparecida B.  
28 Pimentel (ENERGISA); **ausências justificadas:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Marco Aurélio  
29 D. Porto (INEA), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt); David Michel Miller  
30 (Associação de Moradores da Granja Guarani), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH  
31 Macaé e das Ostras), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear), José do Amaral Ribeiro (Sindicato  
32 Rural de Campos); **ausências:** Daniela V. Vasconcelos (Prefeitura de Volta Redonda), José  
33 Miguel da Silva (Apedema-RJ); Elisa Bento (DRM), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí),  
34 José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana), Teresa Priscila D. Gomes  
35 (Instituto Ipanema), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca),  
36 Maurício Fernandes (O nosso vale! A nossa vida!), Joana N. Siqueira (APROMEPE); **convidados:**  
37 Paulo Sergio S. Leite (CBH Piabanha), Sergio Bertoche (CBH Piabanha), Fátima Casarin

---

38 (Ditakotena), André Marques (Agevap), Suzana Barros (Prefeitura do Rio de Janeiro), Leonardo  
39 Daemon (INEA), Markus S. W. Budzynkz (Apedema-RJ), Rosa Formiga (SEA), Juliana  
40 Diamantaras (SEA/SEAM), André Leone (INEA), Agatha Weinberg (INEA/GEAG), Larissa F. da  
41 Costa (INEA/COOPES), Sandra Faillace (INEA), Renata V. de Carvalho (Geagua/INEA), Nelson  
42 Reis Filho (OMA-Brasil), Fábio Jardim (Consórcio LSJ), Arnaldo Villanova (CBH LSJ). Esta reunião  
43 teve início às 14h25min, com a seguinte pauta: **1.** Crise hídrica; **2.** Proposta paulista de  
44 transposição: informes sobre as negociações em curso & proposta CERHI-RJ de ações e  
45 investimentos para acordo no STF; **3.** Contrato de Gestão INEA-CILSJ–CBH LSJ (CG nº 02/2010).  
46 A Sra. Eliane Barbosa, nova Secretária Executiva do CERHI-RJ, se apresentou dizendo que está  
47 de volta à gestão de recursos hídricos, em um momento complicado devido à crise hídrica,  
48 além de ter a responsabilidade de substituir a Sra. Rosa Formiga, que é uma pessoa acima do  
49 padrão em nível técnico. Mas tem a coragem e consciência de que o gestor público não é  
50 simplesmente o maior profissional da área e precisa ter uma sensibilidade para poder transitar  
51 nos diferentes níveis da sociedade, passando por associações comunitárias e técnicas,  
52 universidades, e usuários. O principal objetivo é trabalhar pela melhoria da qualidade de vida,  
53 em especial pelos recursos hídricos. Assume a Diretoria da Gestão das Águas e Território para  
54 participar de um grande desafio. **1º item: Crise hídrica.** A Sra. Moema Versiani falou que  
55 sempre se atualizam sobre os últimos números e ações que são tomadas no âmbito do Grupo  
56 de Trabalho Operação Hidráulicas, do CEIVAP. A Sra. Larissa Costa fez uma breve apresentação  
57 sobre esses indicadores, do período de dez/14 à jan/15. O ano de 2014 foi um ano que a vazão  
58 em Santa Cecília foi bem abaixo do pior histórico. As condições meteorológicas não estão  
59 ajudando. Nunca passaram por essa situação de armazenamento tão baixo. No dia 1/12/14,  
60 estavam com o reservatório equivalente a 3,73% e foi decaindo, ficando no dia 01/02/15 em  
61 0,33%. Mostrou a evolução dos reservatórios, no qual Santa Branca e Paraibuna esgotaram dia  
62 24/01/15. Fez um resumo do que vem ocorrendo nas reuniões do GT Operação  
63 Hidráulica/CEIVAP, que acompanha de perto e toma as decisões das novas reduções, sempre  
64 com a participação e escutando os usuários. Dia 22/12/14 realizaram uma reunião, onde  
65 estavam praticando uma vazão de 161 m<sup>3</sup>/s, passando para 114 m<sup>3</sup>/s, para poder atender os  
66 usuários do canal de São Francisco. A situação foi piorando e precisaram reduzir mais. Dia  
67 30/12/14 passaram por uma vazão objetiva de 149m<sup>3</sup>/s, reduzindo 10m<sup>3</sup>/s pra jusante, e no  
68 Guandu foram reduzindo gradativamente. No 12/01/15 fizeram nova redução para a  
69 transposição, e depois uma nova redução, que é a que estão praticando atualmente, que está  
70 entre 114 e 92 m<sup>3</sup>/s e a vazão objetiva é de 145 m<sup>3</sup>/s. A próxima reunião será dia 05/02/15,  
71 onde irão estudar a situação dos usuários. Para fazerem novas reduções, precisarão de novas  
72 adaptações. Para o trecho do Médio Paraíba e do Baixo Paraíba, a CEDAE tem um projeto para  
73 5 municípios. O total estimado para essas obras é de R\$ 9.000.000,00. Outras adaptações

---

74 necessárias são com os usuários do canal de São Francisco, que são as indústrias. A SEA e o  
75 INEA têm tido reuniões frequentes com os representantes da região desde 11/2014, e já  
76 notificaram que fariam novas reduções. Na última reunião, foi iniciada a proposta do reuso da  
77 água. O Sr. Antônio da Hora explicou que precisam encontrar a melhor forma de trabalhar.  
78 Precisam analisar documento da transposição de SP e analisar as garantias para o estado do  
79 RJ. Na reunião em Brasília, pediram para baixar para 110m<sup>3</sup>/s. Simulam 3 cenários. O primeiro  
80 é repetir a mesma série histórica de vazões, de 2014. O segundo, 80% menor do que ela. E o  
81 terceiro, 60% menor. Falou que é importante que tenham garantias para que não haja  
82 problemas futuros. Informou que estão com a ideia das indústrias do Guandu utilizarem água  
83 de reuso do processo de tratamento de água. O Sr. Leonardo Daemon fez uma breve  
84 apresentação sobre a qualidade de água em 2014. O objetivo foi observar as mudanças na  
85 qualidade nos rios Paraíba do Sul e Guandu, e também avaliação da intrusão salina no canal de  
86 São Francisco e na foz do Paraíba do Sul. Intensificaram a frequência do monitoramento,  
87 desde 07/2014. As únicas empresas que tiveram problemas na captação foram a CSA e FCC, e  
88 na foz do Paraíba do Sul estão tendo problemas na captação da CEDAE. A preocupação atual  
89 começou em dezembro, na entrada do verão, pois o monitoramento no funil revelou a  
90 proliferação de cianobactérias. Imediatamente começaram um monitoramento especial  
91 semanal. Todos os níveis de qualidade de água ainda são satisfatórios. A Sra. Vera Lúcia falou  
92 que o Médio Paraíba é uma região que vem sofrendo com a crise. Criaram o grupo dos  
93 gestores, com os prefeitos, pois quem interfere no solo e território são os municípios.  
94 Entregou ao subsecretário Antônio da Hora uma carta com a assinatura de 11 prefeitos que  
95 estiveram presentes na reunião dia 12/11/14, elencando ações. Assim, o CBH MPSul, junto  
96 com esses gestores, formularem algumas propostas, como: coleta e tratamento de esgoto que  
97 leve à cobertura do serviço para 80% de atendimento; encerramento e remediação de todos  
98 os lixões; redução de perdas do sistema de abastecimento público que tem o rio Paraíba do Sul  
99 e seus afluentes como manancial; proteção e recuperação de mananciais; construção de um  
100 pacto da bacia com estabelecimento de ponto de monitoramento e de controle de entrega;  
101 condições de fronteira quantitativa e qualitativa; proteção aos remanescentes florestais de  
102 campos de altitudes serranos na bacia do rio Paraíba do Sul; restauração florestal que atinja,  
103 pelo menos, 10% do estado até 2020; pagamento por serviços ambientais que possa incentivar  
104 a proteção e restauração das florestas privadas; controle efetivo na ocupação de áreas de  
105 mananciais, incluindo recuperação ambiental nas áreas de recarga; conscientização em meios  
106 de comunicação de grande alcance sobre o uso dos recursos hídricos. Ainda, o CBH MPSul  
107 junto com os representantes municipais propuseram um programa de recuperação qualitativo  
108 e quantitativo da água que estabeleceria condições mais favoráveis para o enfrentamento de  
109 um cenário crítico atual e futuro. O que a preocupa é que o conselho e os CBHs estão dizendo

---

110 uma coisa e o Governo do Estado, outra. O fato de, no encontro entre os estados RJ, SP e MG,  
111 o governador falar que o estado do RJ não está vivendo uma seca, é preocupante. Gostaria de  
112 saber o porquê do estado não aproveitar essa crise para obter recursos de fora. O fórum  
113 estadual de CBHs está pensando em fazer um comunicado à imprensa sobre a real situação do  
114 RJ. O Sr. Antônio da Hora falou que precisam levar essas demandas ao conselho e ao CEIVAP, e  
115 depois ao governo, pois estes pontos mencionados são atribuições dos municípios. Respondeu  
116 que solicitaram recursos do Governo Federal e estão trabalhando para que isso aconteça.  
117 Especificamente para tomadas d'água, estão tentando, em parceria com o CBH Guandu e com  
118 o CEIVAP, para que sejam arcadas com recursos do CEIVAP. A Sra. Vera Lúcia falou que vários  
119 representantes do CEIVAP discordam dessa proposta. Explicou que os CBHs do Paraíba do Sul,  
120 MPSul, BPSul, R2R e Piabanha são também chamados de G4. Atualmente, por lei, o CBH  
121 Guandu deve pagar ao CEIVAP, pela transposição, 15% do que arrecada, o que está na faixa de  
122 R\$ 1.500.000,00. Foram feitos estudos, inclusive da própria ANA, que comprovam que, como o  
123 Guandu recebe 85% de água do Paraíba do Sul, então deveria pagar ao Ceivap 85%, e não 15%,  
124 conclusão exposta em nota técnica. Sabe que isso seria inviável. Existe um grupo que está  
125 discutindo sobre a transposição, e estes entendem que a lei nº 4247 pode permanecer do jeito  
126 que está, mas propuseram um aumento gradativo. E também o CEIVAP está aberto para  
127 discussão sobre as ações emergenciais dos municípios que não são servidos pela CEDAE. Na  
128 última reunião o CEIVAP aprovou uma resolução que depende de aprovação do Guandu, no  
129 qual em um período de 4 a 5 anos, o Guandu passaria a repassar 40%, sendo 15% em dinheiro,  
130 e 25% em projetos. O Sr. Décio Tubbs explicou que possuem um grupo onde estão discutindo  
131 este projeto. Esta demanda surgiu para que haja melhorias nas captações, pois é incrível que  
132 fiquem parados R\$ 60.000.000,00 no CBH Guandu, pois 70% do recurso é preso pelo  
133 saneamento. Falou que já fez uma proposta ao CERHI-RJ onde mudariam esses 70%  
134 obrigatórios para o saneamento para 50%, de forma que, assim, mais a frente teriam recurso.  
135 Falou que isso nem deveria ser falado nesse momento. A Sra. Maria Aparecida falou que  
136 precisam tirar o melhor possível da crise que estamos vivendo. Acredita que a relação de  
137 exigências levada pela Sra. Vera Lúcia é muito extensa. Precisam sair do conselho com, pelo  
138 menos, um pedido de alguma grande ação. A Sra. Rosa Formiga falou da proposta feita pelo  
139 Guandu, de aumentar o pagamento pela transposição ao CEIVAP, que acontecerá. A questão  
140 que está sendo discutida é o valor. A proposta de adiantar os recursos extras, que iriam para o  
141 CEIVAP em 2016, para serem investidos nos municípios fluminenses para estes enfrentarem a  
142 crise, é uma resposta muito importante. Isso inclui o esforço do próprio CEIVAP contribuindo  
143 com seus recursos da cobrança. Pediu que trabalhassem em parceria no momento, e que o  
144 CEIVAP receba esse adiantamento do CBH Guandu. O Sr. Gerson Cardoso sugeriu que façam  
145 uma ação de impacto, como campanhas sobre a redução do consumo e ações generalizadas

---

146 sobre as perdas físicas e sociais. O Sr. Nelson Reis falou que deveriam ter uma assessoria de  
147 imprensa para passarem corretamente as informações para a mídia. Também falou estar  
148 ajudando um estudante de doutorado que está medindo vazão no Guandu, e que é um  
149 absurdo o nível da água descer 60 cm. O Sr. Décio Tubbs falou que um dos primeiros passos  
150 para a comunicação é o logo do CERHI-RJ, onde estão analisando algumas propostas, e que  
151 será enviado aos membros para votação. Em resposta ao Sr. Nelson, falou que o nível do rio  
152 depende da geração de energia elétrica. Existem várias empresas que estão captando, então  
153 em cada hora do dia o rio está em um nível diferente. O Sr. Zenilson Coutinho falou que o  
154 BPSul tem vários municípios com grande seca. Sobre a intrusão salina, o problema está  
155 crescendo rapidamente, então precisam de investimentos na região. Sobre a informação que o  
156 Guandu usaria água de reuso, o Sr. José Paulo perguntou se possuem lavantes para isso. O Sr.  
157 Décio respondeu que as empresas irão assumir essa dívida. A Sra. Eloisa Elena lembrou que  
158 trabalham com cenários, onde em cada um pode-se desenhar medidas cabíveis. A  
159 comunicação não pode perder o *time*. Podem fazer alguns slides para passarem em meios  
160 públicos, como trens, barcas, ônibus e metrô. A Sra. Rosa Formiga concorda que precisam de  
161 uma campanha e informou que o secretário está muito empenhado em ajudar nesse aspecto.  
162 O Sr. Zacarias Albuquerque falou que há uma confusão de comunicação, que acaba  
163 confundindo a população. Falou que em função da crise, é uma oportunidade da CEDAE  
164 encarar as dificuldades, pois precisam implementar logo o uso racional das águas. Foi  
165 informado pelo deputado Geraldo Pudim, de Campos, que este iria propor a criação de uma  
166 comissão especial para a crise hídrica. A Sra. Fátima Casarin falou que estão sofrendo um  
167 grande impacto, e ainda não aprovaram nenhuma ação emergencial. Essa discussão deve ser  
168 aprofundada. Propôs que façam um grupo técnico com as pessoas mais qualificadas para  
169 enfrentarem a crise. A Sra. Rosa Formiga falou que entraram firme no processo de negociação,  
170 surpreendendo o estado de São Paulo. Souberam aproveitar a crise para aumentar a  
171 segurança hídrica do estado. O RJ ainda não assinou o acordo, pois ainda querem uma garantia  
172 de 190m<sup>3</sup>/s em Santa Cecília. Em relação às questões emergenciais, a briga que está sendo  
173 feita pelo Secretário e pelo Governador é de ter recursos importantes de curto, médio e longo  
174 prazos, para saneamento, reflorestamento, *by pass*, reservação de água do BPSul etc. Todas  
175 estas questões estão sendo negociadas. **2º item: Proposta paulista de transposição: informes**  
176 **sobre as negociações em curso & proposta CERHI-RJ de ações e investimentos para acordo**  
177 **no STF.** A Sra. Eloisa Elena falou que o grupo técnico do conselho está reunindo algumas  
178 demandas, para apresentarem como proposta do estado do RJ. São quatro grandes medidas.  
179 Ficariam só com bacias do rio Preto e Paraibuna que já têm projetos em desenvolvimento no  
180 CEIVAP, e um tipo de ação inicial seria contratar um projeto de engenharia e implantação do  
181 reservatório do Guapiaçu, que já tem um projeto bem desenvolvido. Sobre saneamento, o

---

182 principal é esgotamento sanitário na montante dos mananciais. Os estudos existentes são os  
183 planos municipais de saneamento. Sobre redução de perdas físicas e promoção de consumo  
184 racional de água, precisam fazer macromedição, e precisam mudar o parque de hidrômetros.  
185 Sobre revitalização de toda a bacia, os projetos em desenvolvimento já existem no CEIVAP,  
186 mas precisam contratar programa estratégico para sua implementação. Sobre recuperação de  
187 nascentes e áreas de recarga, devem sugerir quais nascentes devem ser priorizadas. Precisam  
188 criar formalmente a política de pagamentos por serviços ambientais, ou seja, um incentivo  
189 para que o agricultor mantenha sua floresta e plante árvores. Sobre reflorestamento, também  
190 já existem estudos e recomposição de mata ciliar, através de pagamentos por serviços  
191 ambientais. Para aumento da segurança hídrica, pensaram em adaptação das captações para  
192 abastecimento público, *by pass* da transposição do sistema LIGHT, e obras de desvio do rio dos  
193 poços da captação do Guandu. O Sr. João Gomes solicitou que, no dia 28/02/15, data da  
194 reunião entre os governos, assumam o compromisso formal de respeitarem o valor do ponto  
195 de controle que a COHIDRO já levantou e já estipulou para os afluentes do Paraíba do Sul. A  
196 Sra. Eliane Barbosa falou que neste Conselho, as questões são resolvidas por Poder Público,  
197 Sociedade Civil, Usuários, e que cabe ao Conselho enviar e distribuir o seu consenso. Essas  
198 ações apresentadas são de médio e longo prazo. Precisam de uma ou duas ações para levarem  
199 à reunião, que demonstre a posição do CERHI-RJ. O Sr. Décio Tubbs explicou que o que foi  
200 proposto era sobre ações previstas dentro do INEA e da SEA. Em relação ao PERHI-RJ, o que  
201 tem mais urgência é saneamento e restauração. Têm até o próximo CERHI-RJ, dia 25/02/15,  
202 para fechar essas propostas. A Sra. Rosa Formiga explicou que solicitaram aos conselheiros  
203 que fizessem contribuições, e com estas o GT fez uma compilação. Agora precisam dos valores  
204 e de uma hierarquização, de preferencia de acordo com o PERHI-RJ. O Sr. Décio Tubbs  
205 Informou pretendem realizar a reunião de 29/04/15 em Campos. Ficou acordado que a tabela  
206 seja enviada aos membros para que enviem contribuições até dia 09/02/15. **3º item: Contrato**  
207 **de Gestão INEA-CILSJ–CBH LSJ (CG nº 02/2010).** O Sr. Ricardo Senra explicou que o Consórcio  
208 LSJ é delegatária dos CBHs Macaé e LSJ, assumindo a Secretaria Executiva no último dia 16/01.  
209 O Sr. Fábio Jardim falou que o Consórcio sempre esteve à frente de vários projetos e planos,  
210 de forma desburocratizada e proativa. O Contrato de Gestão em 2010 levou ao consórcio uma  
211 responsabilidade muito grande, mas sua estrutura foi mantida. Mesmo sem receber recursos  
212 há quase 1 ano, têm conseguido honrar com a programação previamente constituída. O  
213 instrumento utilizado para aplicação deste recurso público foi a portaria INEA nº 13/2010. Não  
214 conseguiu enxergar nenhum doutrinador e nenhuma jurisprudência específica falando sobre  
215 esse instrumento, que é o Contrato de Gestão. Existe um vago jurisprudencial e uma ausência  
216 de um norte para a Delegatária seguir. Comentou que leu a manifestação do Sr. Massau,  
217 doutrinador da PGE: “Cabe reiterar o entendimento adotado no passado. A generalização da

---

218 obrigação das entidades privadas que administram recursos de origem pública, seria um  
219 equívoco, não uma inviabilidade. A exigência seria válida, mas iria configurar-se como um erro  
220 de avaliação com a imposição de um modelo potencialmente inadequado para o desempenho  
221 das entidades não estatais. A riqueza da atuação das entidades não governamentais tem  
222 íntima relação com a ausência da obrigatoriedade do cumprimento de toda e qualquer  
223 formalidade inerente ao procedimento administrativo. Portanto, a submissão de uma entidade  
224 privada ao estrito regime licitatório configura-se como algo potencialmente oneroso e apto a  
225 gerar redução da eficiência da gestão dos recursos.” As entidades não podem estar atreladas à  
226 mesma licitação, pois isso engessaria toda a operacionalização das delegatárias. Leu o primeiro  
227 parecer do procurador do INEA que afirma, se todas as exigências formuladas no parecer  
228 fossem sanadas, o termo aditivo poderia ser assinado. Ao ver da Delegatária, conseguiram  
229 sanar essas exigências. No segundo parecer da procuradoria, a orientação seria pela rescisão  
230 do contrato, abrindo o prazo para a defesa escrita. Pediu ao conselho para que seja feita uma  
231 moção de apoio para que o Consórcio Lagos São João continue sendo entidade delegatária dos  
232 CBHs LSJ e Macaé. Informou que a Delegatária continua desenvolvendo o CAR nas duas  
233 regiões; o produtor de águas, no Macaé, e todas as suas tarefas, no entanto, sem receber  
234 recursos. O Sr. Arnaldo Villanova (CBH LSJ) falou que, no início, o consórcio era um agente  
235 executivo da política de água. Receberam recursos do Ministério do Meio Ambiente, entre  
236 outras fontes, e fizeram uma prestação de contas padrão, que não teve nenhum problema.  
237 Depois veio a responsabilidade com comitês de bacia, a ideia do FUNDRHI e de repasse de  
238 dinheiro. Falou que ficou comprovado que não houve dolo, dano, desvio de recurso. Dentre  
239 estes programas, chamou a atenção do Conselho para o chamado “Produtor de água”, que  
240 não está sendo estimulado. O CBH concluiu que o consórcio é a agência de água da região,  
241 então irão corrigir os erros, acertar tudo, para não deixarem de ser a delegatária. Propuseram  
242 a continuidade do contrato. A Sra. Gláucia Sampaio explicou que houve um processo em 2013  
243 onde o parecer da procuradoria do INEA, apesar de ser favorável ao prosseguimento da  
244 renovação do contrato com o termo aditivo equivocado, fez um julgamento e mandou para o  
245 Ministério Público o processo com a alegação de que existia desvio de recurso público. Em  
246 função disso o INEA criou uma comissão gestora anuente, para avaliar a questão que tem  
247 trabalhado desde agosto. São muitos processos e projetos que envolvem recursos tanto da  
248 cobrança para a execução de ações do comitê, como recursos da compensação do setor  
249 elétrico para o custeio administrativo da delegatária. Sobre a comissão anuente, estão  
250 trabalhando desde agosto/2014, analisando pontualmente os processos, a aplicação de  
251 recursos, custeio e execuções do comitê, e até o presente momento não acharam nenhum  
252 desvio de recursos, o que viram foi o não cumprimento de resoluções e má interpretação da  
253 lei nº 5639, que delega essas funções. Já tiveram uma conversa com a presidência do INEA, e

---

254 estão buscando alternativas para o não cancelamento do contrato. Foi criado um processo de  
255 rescisão do contrato, e fizeram um relatório onde relacionam todos os gastos feitos por eles e  
256 as atividades da aplicação naquilo que se propunham os valores. Está na presidência do INEA,  
257 esperando a validação desse relatório. Estão sugerindo que o comitê faça uma auditoria  
258 externa. O objeto da comissão é avaliar o período de suspensão do contrato, que é de 07/13 à  
259 07/14, mas o problema é que não estão repassando recursos do 5º ano do contrato, e a  
260 delegatária continua trabalhando, dentro das limitações devido à falta do repasse de recursos.  
261 O INEA fará uma auditoria preventiva no consórcio, e a comissão vai trabalhar nessa auditoria.  
262 De toda forma, apontam algumas inconsistências, como descumprimento de resoluções, mas  
263 são favoráveis à continuidade do contrato, contanto que a delegatária faça melhorias nos  
264 processos internos e auditoria externa. O Sr. José Paulo falou que deveria existir uma  
265 resolução que relate as formas de tratar os recursos do FUNDRHI e o que for de outras fontes,  
266 para que não haja confusão. A Sra. Gláucia Sampaio falou que a questão dos recursos  
267 FUNDRHI é algo que ainda precisam amadurecer, pois é uma gestão que não é pública, lidando  
268 com recursos públicos. O contrato de gestão veio ser um intermediário entre esses dois meios.  
269 Mesmo que não tenham que cumprir a Lei nº 8666, precisam ter por base artigos desta lei,  
270 pois são as resoluções do INEA que orientam a questão financeira que eles desempenham. O  
271 Sr. José Paulo perguntou como que farão para que esse problema não se repita nos outros  
272 comitês. A Sra. Gláucia Sampaio respondeu que as resoluções do INEA estabelecem todos os  
273 procedimentos que as delegatárias devem ter. Estão aprimorando como acompanhar isso mais  
274 de perto e o registro é a auditoria do INEA e para eles terem mais controle, eles devem fazer  
275 uma auditoria externa, que o INEA já está colocando nos aditivos dos contratos que estão em  
276 vigência. No deles não entrou, pois foram impedidos de darem continuidade. O Sr. Gerson  
277 Cardoso perguntou como está a situação do processo no Ministério Público. A Sra. Gláucia  
278 Sampaio falou que o INEA não acompanha o processo no MP, mas que sugeriram ao CBH que  
279 fizessem isso. O Sr. Arnaldo Villanova explicou que a Res. INEA nº 13 é um pouco confusa, e  
280 por isso houve um equívoco na sua interpretação, e daí surgiram os problemas. A plenária,  
281 votou, então, favoravelmente, com a abstenção apenas da Sra. Flávia Lanari Coelho, que disse  
282 sentir-se impedida de votar favoravelmente pelo fato de que o assunto ainda parecia confuso,  
283 não tendo sido explicadas a contento “o não cumprimento de resoluções e má interpretação  
284 da lei nº 5639, que delega essas funções”. O Sr. José Alfredo Sertã homenageou a Sra. Rosa  
285 Formiga, ex-Secretária Executiva do CERHI-RJ, dizendo que o fato desta passar do INEA para a  
286 SEA é uma garantia de continuidade de seu trabalho com recursos hídricos. O que ficou de  
287 melhor de sua administração foi a conclusão do PERHI-RJ, que é um documento competente,  
288 completo, e desafiante. A Sra. Rosa colocou isso como principal objetivo, e por isso tem grande  
289 mérito. Apesar das dificuldades, sempre trabalhou arduamente e com grande competência.

---



290 Desejou todo o sucesso, o que sabe que é garantido, pois sua dedicação e sua maneira de  
291 saber eleger as prioridades são a garantia de que sua caminhada será continuamente um  
292 sucesso. A Sra. Rosa Formiga falou que passou seis anos envolvida com o Sistema de  
293 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ao longo desse tempo tiveram momentos difíceis, mas  
294 comparando 2009 com os dias atuais, houve um grande avanço na gestão de recursos hídricos,  
295 mesmo que isso ainda não se reflita em recuperação efetiva da qualidade ou da segurança  
296 hídrica em termos de quantidade. Ao longo desses anos tiveram um grande ganho em termos  
297 de processo. A criação do INEA foi um momento muito importante para a Agenda Azul. Em  
298 2009 eram apenas cinco CBHS, atualmente as nove RHs possuem seus comitês, com  
299 delegatárias. Hoje os CBHs sabem se posicionar em relação ao órgão gestor e políticas em  
300 geral. Acha que um assunto muito importante a tratar é sobre o licenciamento ambiental.  
301 Disse que foi um grande prazer trabalhar com essa equipe, e que devem acreditar que podem  
302 fazer a diferença em relação aos recursos hídricos. E nada mais havendo a tratar, o presidente  
303 do CERHI-RJ, a Sr. Décio Tubbs Filho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 18ª  
304 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 18h.



305

Décio Tubbs Filho  
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa  
Secretária Executiva CERHI-RJ